



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO

GRAZIELA BARBOSA DE MELO PINHEIRO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA E A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE: A
EFICIÊNCIA CONTRA O DESPERDÍCIO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

JOÃO PESSOA-PB

2015

GRAZIELA BARBOSA DE MELO PINHEIRO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA E A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE: A
EFICIÊNCIA CONTRA O DESPERDÍCIO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
à Coordenação de Serviço de Estágio
Supervisionado em Administração, do Curso
de Graduação em Administração, do Centro de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal da Paraíba, em cumprimento às
exigências para obtenção do Grau de
Bacharelado em Administração

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho

JOÃO PESSOA-PB

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P654t Pinheiro, Graziela Barbosa de Melo.

O Tribunal de Justiça da Paraíba e a busca pela sustentabilidade: a eficiência contra o desperdício. / Graziela Barbosa de Melo Pinheiro. – João Pessoa: UFPB, 2015.
55f.:il

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho.
Monografia (Graduação em Administração) – UFPB/CCSA.

1. Sustentabilidade . 2. Tribunal de Justiça da Paraíba.
3.Administração eficiente. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU (2. ed.): 658:338(043.2)

À Professora Orientadora Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho

Solicitamos examinar e emitir parecer no Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Graziela Barbosa de Melo Pinheiro.

João Pessoa, ____ de fevereiro de 2015

Profa. Paula Luciana Bruschi Sanches

Coordenadora do SESA/CCSA/UFPB

Parecer da Professora Orientadora

GRAZIELA BARBOSA DE MELO PINHEIRO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA E A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE: A
EFICIÊNCIA CONTRA O DESPERDÍCIO

Trabalho de Conclusão de Curso Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho, Doutora
Orientadora

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu amado Deus por me permitir chegar até aqui e por estar sempre comigo.

Aos meus pais Marlene e Gilberto que sempre torceram e acreditaram em mim, me proporcionando a melhor educação possível para que eu pudesse me formar e conquistar o meu lugar como cidadã e como profissional.

Ao meu marido Bismarque Pinheiro pelo apoio e confiança e até mesmo à minha filha Izabele que, de uma forma ou de outra, contribuiu para que eu chegasse onde cheguei, me trazendo alegrias e me motivando cada dia a continuar.

À minha orientadora Ana Lúcia que sempre me ajudou e me aconselhou da melhor forma, e mesmo com todos os seus afazeres diários, disponibilizou seu tempo para tirar minhas dúvidas e responder às minhas solicitações.

Aos meus colegas de turma, Kerolen Priscila e Ráiron Abílio por todos os momentos de descontração e por toda colaboração e auxílio.

Aos amigos Ednildon Ramalho Fideles Júnior e Josinaldo Diniz pelas contribuições e orientações.

Aos colegas do Tribunal de Justiça da Paraíba e a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a construção deste trabalho.

Muito obrigada a todos.

PINHEIRO, Graziela Barbosa de Melo. **O Tribunal de Justiça da Paraíba e a busca pela sustentabilidade: a eficiência contra o desperdício**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Administração) Universidade Federal da Paraíba, Campus I, João Pessoa – PB.

RESUMO

Por se tratar de um tema recorrente, a sustentabilidade tem atingido seu lugar no vocabulário organizacional, principalmente por se mostrar imprescindível à continuidade dos negócios. Diante disso, as empresas, sejam elas públicas ou privadas, sentiram a necessidade de voltar-se às questões ambientais, pois, se assim não fosse, estariam fadadas ao insucesso de suas atividades, principalmente, por conta das limitações materiais. Sabendo disso, este trabalho visa, no geral, estudar a gestão ambiental no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB). Procurou-se mostrar como é importante uma administração eficiente e que se preocupe com os impactos ambientais provocados pela ação humana. Para conduzir este estudo foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os agentes envolvidos da administração geral e, especificamente, com a comissão de sustentabilidade. Por oportuno, foram aplicados com os servidores do órgão em estudo questionários abertos, construídos com base em roteiros específicos de uma pesquisa qualitativa. Além disso, utilizou-se formulário que é semelhante ao questionário. Como se procura explicar o fenômeno em foco, essa pesquisa classifica-se como explicativa, analisando-se as causas e consequências do fato estudado. Sabe-se que para poder desenvolver seus trabalhos, o TJPB necessita de materiais e recursos. Estes, por sua vez, são naturalmente limitados e requerem um custo. Para tanto, precisa-se de uma boa administração de recursos para atingir os objetivos e metas estipulados para cada nova gestão. Torna-se essencial, para uma administração eficiente de recursos e que preze pela economicidade como princípio fundamental para redução de custos, o alcance da sustentabilidade ambiental plena.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Gestão Ambiental. Tribunal de Justiça da Paraíba. Desperdício. Eficiência.

PINHEIRO, Graziela Barbosa de Melo. **The Court of Paraíba and the search for sustainability: efficiency against waste.** Completion of course Work (Administration Graduate Course) Federal University of Paraíba, Campus I, João Pessoa - PB.

ABSTRACT

Being a recurring theme, sustainability has reached its place in the organizational vocabulary, mainly because it has been indispensable to business continuity. Therefore, companies, public or private, felt the need to turn to environmental issues, because if it were not so, would be doomed to failure of its activities, mainly due to the material limitations. Knowing this, this work aims in general to study the environmental management at the Court of the State of Paraíba (JTPB). It sought to show how is important an efficient administration that worries about the environmental impacts caused by human action. To conduct this study, semi-structured interviews were held with agents involved of the general management and, specifically, to the commission of sustainability. By appropriate, were applied to the servers of the organ under study open questionnaires, built on specific roadmaps of a qualitative research. Furthermore, it was used form that is similar to the questionnaire. As attempts to explain the phenomenon in focus, this research is classified as explanatory, analyzing the causes and consequences of the studied fact. It is known that in order to develop its work, the JTPB needs materials and resources. These, in turn, are naturally limited and require a cost. For this, one needs a good management of resources to achieve the goals and objectives established for each new management. It is essential for efficient management of resources and that appreciates the economy as a fundamental principle to reduce costs, the scope of full environmental sustainability.

Keywords: Sustainability. Environmental Management. Court of Paraíba. Waste. Efficiency.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DA PESQUISA	12
1.1 OBJETIVOS	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	19
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (RSA)	23
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À SUSTENTABILIDADE.....	27
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	30
3.1 QUANTO AOS TIPOS	30
3.2 QUANTO À NATUREZA.....	31
3.3 QUANTO AOS MÉTODOS	31
3.4 QUANTO AOS NÍVEIS	32
3.5 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	32
3.6 QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	33
3.7 ANÁLISE DOS DADOS	34
4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS NA SUSTENTABILIDADE NO TJPB	38
4.2 AÇÕES DE COMBATE AO DESPERDÍCIO NO TJPB.....	42
4.3 CONSEQUÊNCIAS DO DESPERDÍCIO PARA O ORÇAMENTO NO TJPB	45
5 CONCLUSÃO.....	47
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	48
5.3 SUGESTÃO PARA FUTURAS PESQUISAS	49
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	52
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO E FORMULÁRIO UTILIZADOS	53
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA	55

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – RESUMO DA AMOSTRA.....	36
-----------------------------------	----

INTRODUÇÃO

O tema sustentabilidade está emergindo potencialmente na sociedade capitalista atual. O cenário empresarial mundial reclama por políticas sustentáveis que freiem atitudes impensadas que possam trazer consequências negativas para a população e para os ecossistemas. Essa dimensão ambiental exige atenção especial por parte dos agentes públicos, principalmente. Isso, portanto, justifica a escolha do tema deste presente trabalho que visa, no geral, estudar a gestão ambiental no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB). Para tanto, serão desenvolvidas pesquisas no órgão citado, como também, em literaturas já existentes sobre o tema. O intuito é verificar se o TJPB exerce o desenvolvimento sustentável e como se dá isso na prática; de que forma se gerencia ou pretende-se gerenciar os serviços públicos fornecidos pela citada organização, de forma a contribuir para uma gestão ecologicamente correta.

A sustentabilidade apresenta seu conceito com base em três dimensões que embora sejam amplamente divulgadas merecem ser destacadas: “o crescimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social.” (DIAS, p. 38, 2011) Nenhuma dimensão deve predominar sobre outra, pois isso desvirtuaria todo o conceito.

A seguir, serão apresentados tópicos sobre o órgão citado da administração pública direta, seu histórico, organograma e sobre como a atual gestão lida e trata a questão ambiental em seus domínios. Procurou-se mostrar como é importante uma administração eficiente e que se preocupe com os impactos ambientais provocados pela ação humana, concretizando meios para driblar os problemas com o desperdício e executar uma gestão realmente voltada à sustentabilidade por meio de uma boa gestão do orçamento público, que evita desperdícios e possibilita o equilíbrio dos recursos disponíveis.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DA PESQUISA

Visando aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, foi criado em 31 de dezembro de 2004 e instalado em 14 de junho de 2005, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que atua em todo território nacional. O mesmo é responsável pelo controle e transparência da administração pública judiciária. Como se pode observar na Constituição Federal, em seu Art. 103-B, é de incumbência do Conselho, controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres dos juízes. E, de acordo com o próprio site do CNJ, este também deve desenvolver e coordenar vários programas de âmbito nacional que priorizem áreas como Gestão Institucional, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Tecnologia.

Com base nas informações disponibilizadas no endereço eletrônico do próprio CNJ, cabe ao mesmo acompanhar a situação de todos os órgãos do Poder Judiciário nacional. Portanto, através de Metas, Recomendações e Resoluções, estipuladas em encontros, este órgão procura, além da padronização nas formas de atuação, do zelo pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, atuar na Gestão Ambiental dos órgãos judiciais.

A Recomendação nº. 11/2007, em sua ementa, adverte aos Tribunais adotarem políticas públicas que visem à formação e recuperação de um ambiente equilibrado, além da conscientização de seus servidores e jurisdicionados. Também sugere o estabelecimento de comissões ambientais para planejarem e acompanharem medidas, com fixação de metas anuais, que visem à preservação e recuperação do meio ambiente.

Para poder desenvolver seus trabalhos, o TJPB, assim como qualquer outra organização, necessita de materiais e recursos. Estes por sua vez, são naturalmente limitados e requerem um custo. Por ser o Tribunal de Justiça responsável pela resolução dos embates sociais, espontaneamente, necessita de materiais para seu funcionamento. Como está no topo da hierarquia do poder judiciário paraibano e, em observância ao disposto no Art. 6º da Resolução 40/96, de 04 de dezembro de 1996, o TJPB é responsável pela distribuição e manutenção das comarcas do estado. Também dispõe sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos. Para tanto, precisa de uma boa administração de seus recursos para atingir os objetivos e metas estipulados para cada nova gestão.

Anualmente, o crescimento médio de despesas administrativas em órgãos públicos é consideravelmente alto. Segundo informações dispostas no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA,

de 2001 a 2011, registrou-se um crescimento médio anual de 11,9%. Em 2001, o gasto era de R\$ 7,1 bilhões, e esse número aumentou até chegar a R\$ 21,8 bilhões em 2011, cálculo que não inclui os gastos com medicamentos. Se o ritmo for mantido, o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) prevê que as despesas cheguem a R\$ 30,5 bilhões em 2014.

Estes dados comprovam ainda mais a necessidade de um modelo de gestão organizacional estruturado, com ações e políticas públicas voltadas ao uso racional dos recursos. Portanto, é imprescindível a inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

A A3P (p. 37, 2009) nos traz a seguinte informação:

Estudos apontam que o consumo dos recursos naturais já excede em 30% a capacidade do planeta se regenerar, se mantivermos o ritmo atual, somado ao crescimento populacional, em torno de 2030 precisaríamos de mais dois planetas para nos manter.

A notícia é realmente alarmante. O desperdício, consequência da nossa economia capitalista, tem sido entranhado em nossa cultura. O consumo desenfreado e insustentável fazem parte da nossa sociedade atual. “Cabe-nos refletir sobre a origem e a hegemonia de uma cultura pautada pelo desperdício.” (A3P, p. 37, 2009)

Percebe-se que o TJPB já tem procurado desenvolver ações voltadas à responsabilidade ambiental. Uma prova disso é o projeto intitulado “Sustentabilidade: a justiça abraça essa ideia”, que tem sido o alicerce para a criação de novas ações direcionadas ao fortalecimento do tripé da sustentabilidade: “ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável”.

Mesmo com todas essas ações já implantadas pelo TJPB, parece-nos que sempre resta algo a fazer para alcançar a sustentabilidade ambiental, o equilíbrio entre o que se extrai e o que se devolve à natureza. O caminho ainda é longo e cheio de obstáculos, mas é possível de ser trilhado.

As ações ainda parecem pequenas diante das grandes dificuldades orçamentárias e dos problemas com a produção de lixo proveniente de materiais de escritório, em geral. Além dos gastos com material, existem os consumos de telefonia, energia elétrica, diárias, passagens, água e combustíveis. É de significativa relevância uma gestão voltada para a redução de

desperdícios e que preze pela administração eficiente do gasto público. Isso não apenas aumenta os recursos disponíveis, como também, reduz os custos para que a administração pública atenda a população de maneira eficaz.

Por fim, perceberemos quão importantes e essenciais são as políticas públicas que visem à preservação e recuperação do meio ambiente e o que o Tribunal de Justiça ainda pode fazer para o uso eficiente de seus recursos materiais, através, principalmente, da utilização da tecnologia (nesse caso, através dos processos virtuais que serão explicados mais adiante) como grande aliada à economia de materiais de escritório, muito utilizados para a formação dos processos físicos, tanto judiciais, como administrativos, bastante empregados e imprescindíveis às atividades inerentes ao Poder Judiciário.

Analisando o que foi exposto, observemos o seguinte conceito do autor Matias-Pereira (2012, p. 75):

(...) a pesquisa científica depende da formulação adequada do problema, visto que tem como objetivo solucioná-lo. Nesse sentido, torna-se relevante que o pesquisador avalie com profundidade o problema a que pretende responder na pesquisa. Verifique a relevância e atualidade do tema, bem como as razões que justificam o esforço de buscar uma solução para o problema.

Portanto, é importante o alinhamento do problema aos objetivos e à realidade da organização, enfim, ao estudo como um todo, para que se possa perceber, enxergar e entender a relevância de se buscar sua solução.

Assim, diante de todas essas informações e conceitos, temos a seguinte problemática: como ampliar a eficiência contra o desperdício em busca da sustentabilidade num órgão direto da administração pública?

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral é analisar as políticas e projetos que dão subsídio e orientação à sustentabilidade e à eficiência dos gastos públicos no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Os objetivos específicos são:

- Identificar as políticas públicas focadas na sustentabilidade no TJPB;
- Estudar novas ações que combatam o desperdício e que possam ser implantados pelo TJPB;

- Explorar, de forma abrangente e objetiva, as consequências do desperdício para o orçamento da referida organização da Administração Pública e para o Meio Ambiente.

1.2 JUSTIFICATIVA

Sabe-se da essencialidade de uma administração eficiente de recursos e que preze pela economicidade como princípio fundamental para redução de custos e para o alcance da sustentabilidade ambiental plena. Mas, por que é tão importante a preservação ambiental? A resposta está nos impactos positivos ou negativos para a qualidade de vida da população. Descobriu-se que as condições ambientais são essenciais para o bem estar e sobrevivência de todo planeta. (PRESTES, 2007)

Nesse mesmo pensamento acrescenta-se a afirmação de que os recursos naturais limitados não conseguirão atender as demandas da sociedade que, por sua vez, são intermináveis. Gradativamente, os patrimônios naturais estão se tornando escassos e, naturalmente, não se recriarão. (PRESTES, 2007)

Para poder contornar esta situação na esfera pública, o Tribunal de Justiça, como órgão supremo do poder judiciário da Paraíba, necessita reestruturar responsabilidades, práticas, procedimentos, projetos e recursos para poder mobilizar a implantação e manutenção de programas de proteção ao meio ambiente, direcionando estratégias ambientais ao desenvolvimento sustentável, para assim, tentar suprir suas necessidades com a disponibilidade de recursos/matéria-prima.

Souza (2007, p.72) conceitua gestão ambiental pública como “o conjunto de metas e instrumentos que visam reduzir os impactos negativos resultantes das atividades humanas sobre o meio ambiente [...]” Assim, a administração pública é responsável por planejar iniciativas específicas e desenvolver programas e projetos que envolvam políticas de Responsabilidade Socioambiental (RSA). Estas políticas atingem também políticas públicas de outros agentes econômicos, não se restringindo apenas aos órgãos públicos (SOUZA, 2010). Com base nessas afirmações, os desafios da sustentabilidade também serão identificados e analisados. Novas práticas e atitudes precisam ser estudadas, desde seu implante até suas consequências, com a finalidade de estabelecer estratégias que repensem os

atuais padrões de produção e consumo, além de servirem como elemento impulsionador para mudanças de práticas que estão funcionando como barreiras à inserção da RSA.

A adoção de critérios ambientais pelo Tribunal de Justiça em suas atividades administrativas e operacionais não apenas reduzem custos e aumentam a eficiência contra o desperdício, mas, como se não bastasse, ainda contribuem para um processo de melhoramento contínuo, adequando os efeitos das condutas do órgão público com as políticas públicas de precaução de seus impactos negativos.

Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente propôs a criação da Agenda Ambiental na Administração pública – A3P, que tem se tornado o principal programa voltado para a gestão socioambiental no setor público. Este programa é adotado por vários órgãos e instituições públicas nos três poderes e tem sido um elemento motivador para a iniciativa de medidas específicas relacionadas às questões ambientais. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006). Concomitantemente, pretende-se estudar como o TJPB participa ou pode participar da Agenda citada, tendo em vista que, atualmente, poucos são os tribunais realmente engajados em projetos ambientais, consoante observações feitas no site do Ministério do Meio Ambiente.

Torna-se necessário identificar as principais dificuldades encontradas pelo TJPB para aplicação dos instrumentos e práticas organizacionais que compõem a gestão ambiental, ou pelo menos, que visem atingir um nível considerável do grau de sustentabilidade no poder judiciário do estado da Paraíba.

À medida que se pretende instalar essas novas medidas, deve-se também avaliar o grau de comprometimento dos atuais gestores do TJ, com o intuito de estabelecer estratégias que tenham o devido e adequado gerenciamento (PRESTES, 2007). Para o sucesso desses novos ideais é primordial que os dirigentes do Órgão público estejam plenamente conscientes de sua importância e engajados na sua implementação, tendo em vista que os responsáveis por traçar as estratégias são aqueles que compõem a alta administração.

Diante disso, este trabalho fará uma avaliação das barreiras encontradas pela administração pública, mais precisamente pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, para atingir o tripé da sustentabilidade, o ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Os capítulos a seguir são constituídos de quatro seções. Iniciaremos com a *Fundamentação Teórica*, com três seções secundárias - *Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: noções introdutórias*; *Responsabilidade social ambiental*; e *Políticas públicas voltadas à sustentabilidade*. O próximo capítulo é a *Metodologia da Pesquisa*. O quarto ponto é a *Discussão e Análise dos Resultados*. E, para encerrar, teremos as *Considerações Finais*.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Analisando o tema deste trabalho, tomaremos nesse capítulo os conceitos teóricos, como também, outros trabalhos já existentes sobre o tema abordado, para fins de avaliação e ponderamento do estado da problemática estudada (LAKATOS; MARCONI, 2003). Ou seja, o que se pode retirar de livros, artigos, monografias, teses, mídias eletrônicas e outros materiais confiáveis que nos possibilite a compreensão e análise sobre o tema.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB) é o órgão supremo judiciário. É composto por dezenove juízes de segunda instância, os chamados desembargadores. Conforme podemos perceber no Artigo 6º da LOJE – Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba (Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010), são dez os órgãos do Tribunal de Justiça: o Tribunal Pleno, as Seções Especializadas, as Câmaras Especializadas, o Conselho da Magistratura, a Presidência do Tribunal de Justiça, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral de Justiça, as Comissões, a Escola Superior da Magistratura e a Ouvidoria de Justiça. Até a consecução e finalização desse trabalho, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral de Justiça compuseram-se, respectivamente, pela desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti, desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira e pelo desembargador Marcio Murilo da Cunha Ramos. Estes formam a mesa diretora do TJ na Paraíba. Cada gestão tem uma duração de 2 anos, conforme determina o Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Paraíba, na Resolução 40/96, de 04 de dezembro de 1996, Art. 22, 1º parágrafo, quando diz que os cargos que compõem a mesa diretora terão mandato de dois anos proibida a reeleição, sendo estes eleitos pelos Desembargadores mais antigos. A atual gestão iniciou-se em 2013 e encerrar-se-á no início do ano de 2015.

A função de um Tribunal de Justiça é, de acordo com a Resolução 40/96, de 04 de dezembro de 1996, no seu Art. 6º, julgar assuntos que devem ser julgados diretamente por este e reexaminar decisões oriundas de primeira instância. Para efeito didático, o glossário jurídico, disponível no próprio site do Supremo Tribunal Federal, caracteriza instância como o grau da hierarquia do Poder Judiciário. Primeira instância quer dizer juízo comum, de 1º grau,

que são as comarcas. Segunda instância, por sua vez, é o 2º grau de jurisdição, cabendo esta caracterização aos tribunais estaduais e regionais.

Após esta breve introdução, adentraremos no referencial teórico em si, que, para Marion, Dias e Traldi (2002, p.38), “deve conter um apanhado do que existe, de mais atual na abordagem do tema escolhido, mesmo que as teorias atuais não façam parte de suas escolhas.” A literatura já publicada sobre o mesmo assunto serve para nortear a investigação deste estudo de forma confiável, tendo em vista que, outras pesquisas relacionadas ao tema sustentabilidade já foram utilizadas em vários órgãos públicos, o que auxiliarão e apoiarão seguramente na construção deste estudo.

A partir de agora serão apresentadas três seções. A primeira seção é a da Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: noções introdutórias; em sucessivo será apresentada a seção Responsabilidade Social Ambiental; e por último, a seção Sobre Políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

2.2 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Muitos autores têm buscado conceituar sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Porém, alguns deles têm utilizado os dois termos com o mesmo sentido, causando ambiguidades. O que se sabe é que, através de análise e leitura minuciosas das duas nomenclaturas, observa-se que são termos distintos, com significados e conteúdos próprios. Revisando, criticamente, a literatura atual sobre os temas, pode-se levantar algumas questões e observações básicas a fim de superar essas ambiguidades e deficiências.

De acordo com Maurice Strong, “o desenvolvimento sustentável será alcançado se três critérios fundamentais forem obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.” (SACHS, 1993, Prefácio).

O desenvolvimento sustentável alcançou, pela primeira vez, sua definição mais elaborada no relatório produzido pela Comissão Brundtland (Nosso Futuro Comum). Conceituava-se pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1991, p. 49) como sendo

um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança

institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Podemos perceber que o desenvolvimento sustentável tem como objetivo satisfazer as necessidades do ser humano, mas também apresenta como foco a continuidade dos recursos necessários à sobrevivência humana, através da sua exploração sustentável. O desenvolvimento traz benefícios à humanidade através da satisfação das suas necessidades. Mas, só deve ser realizado se atender e não for prejudicial às gerações atuais e futuras.

Segundo Dias (2011), a expressão desenvolvimento sustentável trouxe consigo algumas polêmicas. Alguns autores encontram contradições no uso da expressão. Porém, apesar destes mal-entendidos, as polêmicas trouxeram consigo também maiores debates sobre o desenvolvimento sustentável. Assim, Dias (2011, p. 37) conclui esse pensamento comparando diferentes opiniões sobre o termo e afirmando que,

Embora seja um conceito amplamente utilizado, como já mencionado, não existe uma única visão do que seja o desenvolvimento sustentável. Para alguns, alcançar o desenvolvimento sustentável é obter o crescimento econômico contínuo, através de um manejo mais racional dos recursos naturais e da utilização de tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Para outros, o desenvolvimento sustentável é antes de tudo um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer às necessidades básicas da humanidade que oferece os princípios e orientações para o desenvolvimento harmônico da sociedade, considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos ambientais.

Enquanto para alguns o desenvolvimento sustentável alcança significados superficiais de compatibilizar o crescimento econômico com o meio ambiente, para outros alcança sentidos mais profundos de racionalidade com vistas ao bem-estar e qualidade de vida de todos os seres vivos, eliminando a ideia de individualismo humano, o fazendo pensar sobre a utilização sustentável dos recursos ambientais.

No ano de 1992 foi realizada no Rio de Janeiro a Eco-92 (Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro - CNUMAD) com representantes de 179 países. O foco do encontro foi a discussão de problemas ambientais globais e a busca pelas soluções mais eficazes para estes problemas. O desenvolvimento sustentável foi uma das metas estipuladas na reunião a serem colocadas em prática por todo o mundo.

Vários documentos foram criados nesta Conferência, sendo a Agenda 21 ou Programa das Nações Unidas para o século XXI, a de maior destaque e abrangência envolvendo o desenvolvimento sustentável. Este documento estabelece parâmetros para o alcance da sustentabilidade em suas três vertentes: econômica, social e ambiental (CNUMAD, 2001).

Depois deste, muitos outros encontros foram realizados com o objetivo de analisar e buscar o desenvolvimento sustentável. Para Dias (2011), os principais acontecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável foram:

- Publicação do livro Primavera Silenciosa (Silent Spring);
- Criação do Clube de Roma;
- A Conferência da Unesco sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera;
- Criação do Programa MAB da UNESCO;
- Publicação do livro: Os limites do crescimento;
- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia;
- I Estratégia Mundial para a Conservação;
- É formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD);
- Publicação do informe Brundtland, da CMMAD, o “Nosso Futuro Comum”;
- II Estratégia Mundial para a Conservação: “Cuidando da Terra”;
- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra;
- Rio+5;
- I Foro Mundial de âmbito Ministerial – Malmo (Suécia);
- Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável: Rio+10;
- Protocolo de Kyoto;
- Relatório do Painel das Mudanças Climáticas;
- ISO 26000 – Responsabilidade Social.

Em 1962, aconteceu o primeiro evento relevante: a publicação do livro Primavera Silenciosa (Silent Spring) de Rachel Carson, que representou grande repercussão pública, pois expôs os perigos do inseticida DDT.

Um acontecimento que merece ser destacado por sua repercussão e importância é o Protocolo de Kyoto. Neste, vários países desenvolvidos (Canadá, Hungria, Japão, Polônia, Austrália, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália) foram obrigados a reduzir a emissão de gases poluentes causadores do efeito estufa. Para países em desenvolvimento, como Brasil,

Argentina, México e Índia, ficou estabelecido o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo com preceitos semelhantes.

O último e mais recente evento destacado por Dias (2011) foi a publicação e divulgação da norma ISO 26000, pela *International Standard Organization* (ISO). Esta norma voltada à responsabilidade social, “terá grande impacto nas organizações, tornando-as mais sensíveis ao engajamento em projetos visando o desenvolvimento sustentável.” (DIAS, 2011, p. 42)

Estes encontros e acontecimentos nos fazem enxergar o tema como algo que vem se tornando foco dos governos e sociedades mundiais. O debate sobre o assunto tem sido bastante mastigado, incorporando, definitivamente, o meio ambiente no debate sobre o desenvolvimento.

Adentrando no meio empresarial, o desenvolvimento sustentável, de acordo com Dias (2011, p. 43),

tem se pautado mais como um modo de empresas assumirem formas de gestão mais eficientes, como práticas identificadas com a ecoeficiência e a produção mais limpa, do que uma elevação do nível de consciência do empresariado em torno de uma perspectiva de um desenvolvimento econômico mais sustentável.

Ele ainda acrescenta que o desenvolvimento sustentável está muito focado no ambiente interno empresarial. É um avanço importante, mas ainda há muito a se fazer para que as organizações se tornem “agentes de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto.” (DIAS, 2011, p. 43)

A partir daqui, tomaremos os significados de sustentabilidade. De acordo com Maurice Strong que foi secretário geral da Conferência de Estocolmo de 1972, esse termo era denominado, num primeiro momento, como “*abordagem do ecodesenvolvimento*”.

Em 1990 surgiram as três dimensões que compuseram o tripé da sustentabilidade com a nomenclatura “*Triple Bottom Line*”. Esse conceito se tornou conhecido em 1997, através da publicação do livro *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*, de John Elkington. O GRI (*Global Reporting Initiative*) e a AA (*AccountAbility*) são exemplos de organizações que passaram a promover o conceito de Tripé da Sustentabilidade após a repercussão desta terminologia, passando a buscar a criação de valor nas três dimensões: social, econômica e ambiental (DIAS, 2011).

Estudando a dimensão econômica, a sustentabilidade prega que as empresas devem ser economicamente viáveis. Ou seja, elas precisam cumprir seu papel de dar retorno, rentabilidade aos investimentos.

Do ponto de vista social, as organizações devem “proporcionar as melhores condições de trabalho aos seus empregados, procurando contemplar a diversidade cultural existente na sociedade em que atua” (DIAS, 2011, p. 45). Até os dirigentes devem ser participantes das atividades culturais da comunidade onde sua(s) empresa(s) está(ao) inserida(s).

Em termos ambientais, toda organização que preze pela sustentabilidade deve voltar-se aos conceitos e aplicações da ecoeficiência de sua produção. Necessita possuir postura de responsabilidade ambiental, dar condições ao desenvolvimento cultural ambiental em seu ambiente interno, participar de eventos focados no meio ambiente de iniciativa governamental e adotar a produção mais limpa. (DIAS, 2011)

O importante dessa abordagem tridimensional é o equilíbrio entre essas dimensões. De acordo com Dias, (2011), se não houver dinamicidade entre esses os aspectos social, econômico e ambiental, a empresa atingirá um desequilíbrio no seu sistema e, conseqüentemente, a insustentabilidade.

Algumas organizações estão focadas em analisar apenas os seus resultados financeiros. Porém, como Dias (2011, p. 47) assegura, “com a irrupção da Responsabilidade Social no âmbito corporativo, aumentou a exigência pela incorporação de novos indicadores para quantificar o impacto das empresas sobre os stakeholders externos.” Concluimos desse trecho que, é essencial analisar também os âmbitos social e ambiental, deixando de lado o foco apenas econômico, para fins de se constituir o tripé da sustentabilidade.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (RSA)

Segundo a cartilha da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), disponibilizada pelo Governo Federal no site do Ministério do Meio Ambiente (2009, p. 20),

O processo econômico decorrente da globalização, as transformações políticas e sociais mundiais, a inovação tecnológica e científica e, mais recentemente, os impactos das mudanças climáticas, têm evidenciado a importância e a fragilidade da agenda socioambiental global e, ao mesmo tempo, destacado a preocupação de governos e sociedade, principalmente no que diz respeito à necessidade de revisão dos atuais padrões insustentáveis de produção e consumo e modelos econômicos

adotados pelos países desenvolvidos e economias emergentes, como é o caso do Brasil.

Este parágrafo mostra que a Responsabilidade Socioambiental (RSA) é uma questão que requer a atenção de todos os entes públicos e da sociedade, por ser um tema importante para a sobrevivência de todo o planeta.

Muitas empresas, sejam públicas ou privadas, admitem em seus discursos e argumentos que são a favor do desenvolvimento sustentável. Porém, infelizmente, muitas delas têm ficado às margens de práticas realmente sustentáveis. Muitas ações já foram executadas, “entretanto, a efetividade de todas as iniciativas deve ser melhor avaliada, com vistas ao seu aperfeiçoamento e efetividade.” (A3P, 2009, p. 20)

As questões socioambientais são globais e mudam de acordo com cada nação. Tudo depende dos desafios ambientais e sociais de cada país, do que ele está enfrentando. Porém, essas diferenciações no grau de importância das políticas de RSA tem aumentado “e pode ser considerada, em grande medida, como resultado do processo desigual e desequilibrado de globalização das economias bem como da pressão exercida por organizações e movimentos sociais.” (A3P, 2009, p. 21)

Uma empresa, governamental ou não, quando opta por práticas socioambientais, aumentam o grau de envolvimento com o desenvolvimento social, ambiental e com os direitos humanos, conciliando os interesses de todos os agentes envolvidos. Estes programas de RSA envolvem o famoso tripé da sustentabilidade: social, ambiental econômico. (A3P, 2009, p. 21)

A teoria das partes interessadas é um enfoque relacionado à responsabilidade social das organizações. Barbieri e Cajazeira (2009, p. 25) afirmam que:

As preocupações com o bem-estar humano, com o meio ambiente, com a capacidade de influência das empresas, principalmente das grandes corporações multinacionais, trazem novos questionamentos sobre a responsabilidade social das empresas.

Nessa linha de pensamento, o aumento no poder das empresas também subsidia essa teoria. Pensar na responsabilidade social das empresas apenas do ponto de vista econômico não é o suficiente. A sociedade pós-industrial busca algo mais além disso. Busca mais “qualidade de vida, valorização do ser humano e respeito ao meio ambiente” (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p. 26).

Aqui se destacam os *stakeholders*. Essas pessoas afetam ou são afetadas pela empresa, direta ou indiretamente. São imprescindíveis ao sucesso e à vitalidade das atividades

organizacionais. *Stakeholder* “é alguém que tem direitos em um negócio ou empresa ou que nela participa ativamente ou está envolvido de alguma forma” (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p. 26).

Dessa forma, Barbieri e Cajazeira (2009, p. 33) afirmam que,

se todos devem participar do processo de desenvolvimento, então todos se tornam partes interessadas de qualquer organização, pública ou privada, pois estas contribuem direta ou indiretamente para as crises sociais e ambientais que desencadearam o movimento do desenvolvimento sustentável.

Tanto as gerações futuras, como os animais, o meio ambiente, as crianças, entre outros grupos que não tem voz própria, participam, se beneficiam e contribuem de alguma forma dos processos de desenvolvimento da organização. Mas eles podem estar presentes através das organizações não governamentais ambientalistas ou dos representantes do povo, integrantes do poder público (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

Concluindo sobre esta teoria, os gestores carecem, segundo Barbieri e Cajazeira (2009, p. 36) “procurar atender as partes interessadas porque eles também são agentes dessas partes e não apenas dos acionistas ou outro tipo de proprietários”.

Ainda sobre responsabilidade socioambiental, sabemos que a demanda de recursos naturais é superior à sua regeneração. Além desse desequilíbrio, problemas ambientais decorrentes do incorreto descarte dos bens e materiais inservíveis, tem causado graves complicações à fauna e à flora do planeta (FÉLIX; BORDA, 2009).

As propagandas sobre hábitos de consumo estão cada vez mais incisivas e persuasivas, influenciando os indivíduos a consumirem sem pudor. Félix e Borda (2009, p. 4) continuam esse pensamento assim:

O atual modelo de consumo é grande causa da degradação ambiental:

- Uso ininterrupto dos recursos naturais.
- Desenfreada produção de resíduos.
- Desperdício.
- Consumo inconsciente vertiginoso.
- O ato de não saciar-se, num modo de vida insustentável.

Estamos na era do consumismo desenfreado. Onde o que temos é mais importante do que o que somos. As mídias sociais pregam um modo de vida completamente lotado de bens de consumo. Contudo, não existe ainda um modelo eficiente de reciclagem e correta

destinação de resíduos. O meio ambiente tem dito muito a todos nós, mesmo sem palavras, os resultados desse consumo inconsciente.

Segundo Félix e Borda (2009, p. 38),

A questão socioambiental continua sendo atual e de caráter global. Não obstante os esforços formais realizados nas últimas décadas, as diversas ações/ intervenções decorrentes não conseguiram deter a evolução dos problemas ambientais em nível global, cujo avanço é num ritmo tal, que ameaça a própria existência humana.

O desenvolvimento tem se mostrado insustentável, e a responsabilidade é de toda a sociedade e seus governos. Se não houver um avanço nas práticas consoante o ritmo de produção e consumo, a própria espécie humana, assim como todos os seres vivos, terá seu futuro próximo ameaçado.

Diante do crescimento dos problemas ambientais e sociais, tem aumento a consciência dos indivíduos como humanos e consumidores. As pesquisas relacionadas cresceram em todo o mundo. De um tempo para cá, a preocupação por parte da sociedade em relação ao desenvolvimento insustentável tem aumentado, consideravelmente. A mesma tem percebido ser a causadora de todos esses problemas relacionados ao meio ambiente (FÉLIX; BORDA, 2009).

Assim, ante o atual cenário, onde os indivíduos estão cada vez mais exigentes, as empresas precisaram se adaptar a essas novas consciências. As pessoas estão dotadas de informações e capazes de interagir com as organizações, exigindo destas, maior preparação e responsabilidade para responder ao seu público. “A adoção dessa nova orientação parece ser a mais adequada a um mundo pautado pelas questões relativas à sustentabilidade global.” (FÉLIX; BORDA, 2009, p. 42). E é esta nova filosofia e modelo de gestão que tem sido denominada de Responsabilidade Socioambiental.

“Um modelo de gestão pautado pela responsabilidade socioambiental vai ao encontro da preocupação crescente com o meio ambiente e da busca por uma forma de desenvolvimento sustentável [...]” Félix e Borda (2009, p. 42) também nos informam acerca dos reais motivos para esse novo modelo de gestão. Não se dá apenas pela legislação, pressões governamentais, mas também, pelas exigências do mercado, com consumidores cada vez mais responsáveis e informados.

“A evolução do conceito Responsabilidade Social Empresarial (RSE) mostra-se como uma resposta à evolução das questões sociais.” (FÉLIX; BORDA, 2009, p. 44). Se antes se pensava apenas em cumprir com as exigências legais, e com as questões de natureza

econômica, agora se pensa acerca das reais responsabilidades das organizações com a sociedade. A ética tornou-se integrante do conceito de RSE, fazendo com que as empresas voltem-se a qualidade de vida e ao bem estar de seu público.

“De forma mais objetiva, o termo responsabilidade pode ser entendido como o compromisso que a empresa tem com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida de seus empregados, de suas famílias e da comunidade em geral.” (FÉLIX E BORDA, 2009, p. 45)

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À SUSTENTABILIDADE

Vejamos o conceito de Cavalcanti (1997, p. 6) sobre o assunto:

Política de governo para a sustentabilidade significa uma orientação das ações políticas motivada pelo reconhecimento da limitação ecológica fundamental dos recursos (matéria e energia, em última análise), sem os quais nenhuma atividade humana pode se realizar.

O conceito acima citado pode ser entendido como o respeito aos recursos limitados da natureza, bem como sua importância para os dias de hoje e as gerações futuras. Políticas públicas que objetivem a sustentabilidade devem estar focadas nessa idéia. Não se deve sugar todos os recursos naturais sem os repor, pois sem eles não se pode suprir as necessidades e atividades humanas, industriais e empresariais.

As ações necessárias para o alcance da sustentabilidade ambiental devem ser vistas como um conjunto único, uma vez que nenhuma ação, de forma isolada, é capaz de propiciar ganhos significativos no enfrentamento dos atuais desafios socioambientais, cada vez mais em evidência, tanto no cenário nacional como internacional.

Isto é o que diz a A3P (2009, p. 10). Ou seja, é importante trabalhar em conjunto para que as ações possam ser efetivas.

A A3P(2009, p. 11) ainda nos traz a seguinte informação histórica sobre o tema: “No Brasil, a publicação da Lei nº 6.938, em agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, constituiu o marco inicial das ações para conservação ambiental e incorporação do tema nas atividades de diversos setores da sociedade.” Foi a partir daí que varias políticas públicas começaram a surgir a fim de regulamentar as questões ligadas ao meio ambiente e seus ecossistemas.

A Agenda 21, no que diz respeito às empresas, em seu Capítulo 31, item 1, reconhece que:

O comércio e a indústria, inclusive as empresas transnacionais, desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e social de um país. Um regime de políticas estáveis possibilita e estimula o comércio e a indústria a funcionar de forma responsável e eficiente e a implementar políticas de longo prazo. A prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento, é principalmente o resultado das atividades do comércio e da indústria. As empresas comerciais, grandes e pequenas, formais e informais, proporcionam oportunidades importantes de inter- câmbio, emprego e subsistência.

É muito importante o papel econômico e social de uma empresa e o desenvolvimento que ela proporciona à sociedade. Porém, o Estado é um dos grandes componentes da regulamentação formal desse crescimento, criando políticas públicas que provoquem resposta das empresas em relação às suas atividades.

Em observância ao conceito da CMMAD, Dias (2011, p. 37) descreve:

os principais objetivos das políticas ambientais e desenvolvimentistas, [...]:

- a) retomar o crescimento;
- b) alterar a qualidade do desenvolvimento;
- c) atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
- d) manter um nível populacional sustentável;
- e) conservar e melhorar a base de recursos;
- f) reorientar a tecnologia e administrar o risco;
- g) incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões.

Ou seja, as políticas públicas ambientais objetivam regulamentar o desenvolvimento, proporcionando infra-estrutura para um crescimento coordenado e orientado, e administrando os recursos e o risco de forma a diminuir os impactos negativos ao meio ambiente.

De acordo com Dias (2007, p. 58), “o Estado utiliza esses instrumentos legais com o objetivo de proteger a saúde das pessoas e o bem comum, representado pelo ambiente natural e os benefícios que causa à sociedade mais geral.” Dessa forma, faz uso de multas, por exemplo, para punir ou benefícios fiscais no caso de a empresa agir corretamente, cumprindo suas obrigações legais.

Cavalcanti (1997, p. 11) afirma que

para serem relevantes, as políticas de governo para a sustentabilidade têm de ser capazes de redirecionar o curso dos eventos econômicos de tal maneira que as atividades destroem capital natural ou dissipam recursos renováveis, perturbando os correspondentes ecociclos, sejam freadas.

Dessa forma, é muito importante que as políticas públicas tenham uma direção e um sentido para que possam atingir seus objetivos.

Em junho de 2014, no “I Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário”, foi elaborada minuta que dispõe sobre políticas públicas voltadas à sustentabilidade no Poder Judiciário. A mesma foi constituída em parceria do CNJ, Superior Tribunal de Justiça, com o apoio do Tribunal de Contas da União, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Advocacia Geral da União e Correios. Cerca de 300 magistrados e servidores participaram do evento, que teve a minuta como uma de suas proposições. Boas práticas, avanços no Judiciário e também no Executivo, gestão sustentável e eficiência no gasto público, foram temáticas exploradas e apresentadas no evento. (Agência CNJ de Notícias, 2014)

Em uma breve leitura, observa-se que a minuta presume a criação de unidades ou núcleos socioambientais para criação de projetos, desenvolvimento de ações de sustentabilidade, monitoramento de metas anuais de economia de recursos e avaliação de resultados. Para tanto, prevê o chamado “Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ)”, que servirá para repassar, periodicamente, ao CNJ, as informações de dados relativos a gastos com produtos e serviços, provenientes dos tribunais. (Agência CNJ de Notícias, 2014)

A minuta também dispõe sobre o uso racional de bens, como papel, em razão da implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe). O texto esteve disponível para consulta pública no portal do CNJ até 7 de outubro do ano de 2014.

Em síntese, todos os conceitos abordados neste capítulo (Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, RSA, e Políticas públicas voltadas à sustentabilidade) nos incitam a pensar no meio ambiente como provedor das nossas necessidades humanas. Se este não for valorizado e preservado por toda a sociedade e entes públicos, se tornará incapaz de produzir e assim, fornecer seus recursos como matéria prima para a indústria, comércio, organizações e para o ser humano como consumidor natural. É preciso entender que sem o meio ambiente, não há economia. E não apenas a humanidade necessita dos frutos da natureza, mas também, todos os animais e plantas. Portanto, a preservação ambiental deve ser compreendida por todas as pessoas, pois se assim não for, a nossa própria existência e a de nossos descendentes estarão ameaçadas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Vejamos, inicialmente, os conceitos de metodologia segundo alguns autores. Barros (1986, p. 1) define metodologia da seguinte forma:

Consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não ao nível das implicações de suas utilizações. A Metodologia, num nível aplicado, examina e avalia as técnicas de pesquisa bem como a geração ou verificação de novos métodos que conduzem à captação e processamento de informações com vistas à resolução de problemas de investigação.

Para Richardson (1985, p. 29) o conceito é baseado no método de pesquisa, relacionado ao procedimento de coleta e análise de dados. Segundo ele, a conceituação do termo metodologia

significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos. Esses procedimentos se aproximam dos seguidos pelo método científico que consiste em delimitar um problema, realizar observações e interpretá-las a partir das relações encontradas, fundamentando-se, se possível, nas teorias existentes.

Podemos acrescentar ainda, que “a metodologia é o emprego do conjunto dos métodos, procedimentos e técnicas que cada ciência em particular põe em ação para alcançar os seus objetivos.”(MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 31) Ou seja, a metodologia estuda os métodos; ela possibilita ao pesquisador atingir o alvo de sua pesquisa científica.

“A Metodologia é o tópico do projeto de pesquisa que abrange maior número de itens, pois responde às seguintes questões: Como? Com quê? Onde? Quanto?” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 221). Todas as explicações sobre os procedimentos e metodologias necessários à execução deste projeto foram incluídas nesta etapa. A forma como foram coletadas as informações, os procedimentos e técnicas utilizadas para extrair e analisar os dados estão explicadas e justificadas.

3.1 QUANTO AOS TIPOS

Por serem problemas concretos e por objetivar a finalidade prática, o tipo dessa pesquisa se enquadra como aplicada, tendo em vista que objetivou produzir informações e conhecimentos ao problema central analisado, com aplicação prática.

A pesquisa aplicada ainda pode ser entendida como aquela que objetiva gerar conhecimentos voltados a problemas específicos, e com aplicação prática (MATIAS-PEREIRA, 2012).

3.2 QUANTO À NATUREZA

Fundamentada nos conceitos anteriores, a abordagem empregada buscou se adequar ao objeto de estudo. Assim, por se tratar de um tema que procura encontrar soluções através de respostas não explícitas e aspectos subjetivos, ou seja, a visão da administração e suas práticas, como também, a percepção dos servidores, esta pesquisa tem caráter puramente qualitativo.

Para Matias-Pereira (2012) no método qualitativo pode-se afirmar que temos uma pesquisa descritiva, onde as informações não podem ser quantificáveis. Já os dados foram analisados indutivamente e é essencial a interpretação dos fenômenos e atribuição de seus significados.

Os dados foram qualificados e não foram utilizadas técnicas estatísticas, pois os fenômenos foram interpretados e os números aqui não traduzem a dinamicidade entre o mundo real e o sujeito. A pesquisa qualitativa não se preocupa em analisar a representatividade dos dados numéricos. Ela objetiva compreender um grupo, organização. O ambiente natural foi a própria fonte de coleta de dados, e estes, analisados indutivamente (MATIAS-PEREIRA, 2012).

3.3 QUANTO AOS MÉTODOS

O método científico pode ser entendido como dedutivo, pois se parte de uma generalização para o particular, ou seja, sua cadeia de raciocínio é decrescente.

“O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão.” (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 37) Observando esse conceito do autor, tivemos duas premissas que nos permitiram chegar a mais uma terceira (a conclusão), através de uma construção lógica.

3.4 QUANTO AOS NÍVEIS

Como se procurou explicar o fenômeno em foco, esta pesquisa classifica-se como explicativa, onde analisou-se as causas e consequências do fato estudado. Esse nível de pesquisa “visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 89). Explica o porquê das coisas, aprofundando o conhecimento da realidade avaliada.

Além de explicativa, essa pesquisa também se caracteriza como exploratória. As hipóteses foram elaboradas através de levantamento bibliográfico, entrevistas com os membros da Comissão de Sustentabilidade, questionários e formulários com alguns funcionários/servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba; a finalidade foi obter maior familiaridade com o tema para melhor entendê-lo e assim, poder construir proposições (MATIAS-PEREIRA, 2012).

A pesquisa bibliográfica será utilizada para extrair a partir de materiais publicados, informações e conceitos sobre o objeto estudados. Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a conceituam como “o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”

3.5 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Leitura, análise e interpretação de textos, livros, artigos, documentos serão utilizados. Portanto, tivemos uma pesquisa bibliográfica. É assim determinada “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet” (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 89)

Além desse tipo, também caracteriza-se como documental, pois materiais ainda não analisados (materiais de primeira e segunda mão) serão aproveitados para enriquecer a investigação (MATIAS-PEREIRA, 2012). Para um estudo mais rico em informações, utilizou-se de outros trabalhos publicados voltados ao tema ambiental nos Tribunais de Justiça, como também, para uma maior evidência, foram utilizados dados disponíveis no site do TJPB e de demais órgãos Judiciários que fossem interessantes ao trabalho.

3.6 QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Segundo Matias-Pereira (2012, p. 90), “a definição do instrumento de coleta de dados dependerá dos objetivos que se pretende alcançar com a pesquisa e do universo a ser investigado.” Neste caso, tivemos mais de um instrumento para tornar a pesquisa mais completa e confiável.

O instrumento de coleta de dados escolhido procurou provocar uma interação entre o pesquisador, o entrevistado e a pesquisa (MATIAS-PEREIRA, 2012). Se assim não fosse, não seria efetiva e não atingiria resultados satisfatórios.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os agentes envolvidos com a administração geral e, especificamente, com a comissão responsável por gerir sustentavelmente os recursos em poder do TJPB. O intuito foi extrair respostas significativas para uma posterior análise do quadro atual de práticas desenvolvidas e implementadas pela organização estudada, e se estas correspondem ao tripé da sustentabilidade.

Os entrevistados foram escolhidos estrategicamente, de acordo com sua posição organizacional, hierárquica, e seu poderio em relação à administração dos recursos do Tribunal de Justiça. O objetivo foi gerar resultados claros e confiantes sobre as questões centrais desse trabalho.

Para a realização das entrevistas, foi preestabelecido o local, hora e data mais adequados às disponibilidades dos respondentes. Estas entrevistas foram realizadas, individualmente, tendo em vista a incompatibilidade de horários entre os respondentes, impossibilitando a realização de entrevistas grupais. Grande parte desses encontros se compôs por entrevistas em profundidade, com pré-agendamento do(s) entrevistado(s) em local pré-estabelecido pelos próprios respondentes.

Por oportuno, foram aplicados com os servidores do órgão em estudo questionários abertos, construídos com base em roteiros específicos de uma pesquisa qualitativa, em que as opiniões dos entrevistados, neste caso, foram escritas por eles mesmos.

Além disso, utilizou-se formulário que é semelhante ao questionário. A diferença está no preenchimento, pois nesse tipo de instrumento de coleta de dados, é o próprio pesquisador quem o preenche e não o sujeito de pesquisa. (SANTOS, 2007) Dessa forma, as questões serão as mesmas utilizadas para o questionário, estando a diferença apenas na transcrição das respostas.

3.7 ANÁLISE DOS DADOS

Matias-Pereira (2012, p. 92) define a análise de dados como a “descrição dos procedimentos a serem adotados na tabulação e análise dos dados.” Isso vale para pesquisas qualitativas, como também, para quantitativas.

Na fase de análise de dados, teve-se a tabulação e apresentação de dados, análise e discussão dos resultados, e a conclusão da análise e dos resultados obtidos. Vejamos a seguir as características e objetivos de cada fase.

Primeiramente, sobre a tabulação foram empregados recursos manuais e computacionais para organização dos dados obtidos. A informática nos permite construir, se necessário, gráficos, tabelas e quadros através de recursos computacionais. (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Em sucessivo, na análise e discussão dos resultados, os dados tabulados foram interpretados para “atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar a(s) hipótese(s) ou os pressupostos da pesquisa.” (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 93).

Na conclusão da análise e dos resultados obtidos os resultados foram expostos objetivamente. De acordo com Matias-Pereira (2012, p. 93), esta etapa é a “recapitulação sintética dos resultados da pesquisa, ressaltando o alcance e as consequências de suas atribuições.” Para isso, os dados devem estar devidamente comprovados.

Sabemos que o processo de coleta de dados, a seleção da amostra, os métodos utilizados para obter as informações tem de estarem claros e bem definidos, através do encadeamento lógico de evidências, onde o desenvolvimento da pesquisa, desde as questões iniciais até as conclusões, poderá ser acompanhado pelo leitor.

Será explicitado se as hipóteses elaboradas foram confirmadas ou rejeitadas. Além disso, a pesquisa mostra sua relevância para o meio acadêmico ou para o desenvolvimento da ciência, fazendo a comparação entre as informações extraídas e a Recomendação nº 11/2007 do CNJ e também, com documentações divulgadas por outros Tribunais.

Por fim, este trabalho se utilizou de instrumentos típicos de pesquisa qualitativa, já citados neste capítulo, para o colhimento dos dados. Trabalhos semelhantes a este foram pesquisados e aqui foram expostos, posteriormente. Com os aspectos relevantes da metodologia apresentados, pode-se então, penetrar na análise dos resultados.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo do trabalho, serão expostas as etapas de coleta de dados realizadas com os membros do Tribunal de Justiça da Paraíba, separados em dois grupos: o primeiro grupo compõe a Comissão de Sustentabilidade e o segundo, os servidores do TJPB. Posteriormente, as respostas serão analisadas, procurando-se padrões entre elas afim de criar algo semelhante a um “brainstorm” entre as opiniões. Assim, poderemos entender e alcançar uma conclusão mais concisa e objetiva possível.

A idéia inicial era de realizar entrevistas apenas com os componentes da Comissão, a fim de recolher suas opiniões sobre a questão central do trabalho, ressaltando assim, a real percepção da administração (tendo em vista que os membros da Comissão são pessoas que trabalham na área administrativa do TJPB) sobre o desperdício e suas consequências para o meio ambiente. Entretanto, no decorrer do estudo, sentiu-se a necessidade de realizar uma breve coleta de dados com alguns servidores do órgão público que trabalham na parte administrativa, com o intuito de extrair depoimentos que pudessem contribuir para o levantamento de dados, nos possibilitando entender e esclarecer como estes servidores enxergam a relação TJPB *versus* Sustentabilidade. É importante, também, deixar claro que todos, membros da Comissão e servidores, leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme modelo em Apêndice.

Antes de analisarmos os dados, é necessário saber como se deu a aplicação da coleta de dados: foram realizadas duas entrevistas, aplicados dois questionários e dois formulários. Dentre os sete membros da comissão, três participaram da coleta de dados, sendo dois através de entrevistas semi-estruturadas e um através de questionário aberto. Essa diferença na metodologia se deu por questões de disponibilidade, como também, de preferência do respondente.

Além dos membros da comissão, foram coletados dados com mais três participantes, todos servidores públicos do quadro de funcionários do TJPB. Dentre os três, dois colaboraram por meio de formulários aplicados pelo pesquisador, onde os mesmos respondiam oralmente a sequência de questões estruturadas, sendo estas gravadas pelo pesquisador e transcritas. Apenas um respondeu o questionário do próprio punho, ou melhor, por meio do processo de TI (Tecnologia da Informação), onde as questões foram enviadas ao pesquisado e devolvidas ao pesquisador através de e-mail.

Observando os perfis dos respondentes, obteve-se ao todo seis pessoas componentes do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça da Paraíba. Dentre os seis, tivemos dois homens e quatro mulheres. As idades variaram entre uma média de 25 a 65 anos.

A coleta de dados se deu em cerca de dois meses e meio. Alguns encontros foram marcados por telefone, segundo a disponibilidade do respondente. Como outros se encontravam disponíveis, a entrevista foi realizada de imediato. Todos responderam as dez questões abertas que compuseram a pesquisa qualitativa.

Analisando as entrevistas com a diretoria, “quantificaremos” os dados coletados. Primeiramente, é necessário lembrar que dos sete componentes da Comissão de Sustentabilidade, três participaram da pesquisa, sendo duas mulheres e um homem. Como dito, dos três entrevistados, dois colaboraram através de entrevista semi-estruturada e um através de questionário respondido pelo próprio participante através de diálogo mantido por meio de correio eletrônico (e-mail). Mas, vale ressaltar que todos responderam às mesmas questões, mudando apenas alguns detalhes no roteiro, tendo em vista que a entrevista semi-estruturada permite uma flexibilidade maior em relação ao questionário. Além disso, Martins Júnior (2013, p. 243) quando diz que a entrevista “permite obter o dado na hora, com maior precisão na verificação de erros de interpretação”, nos mostra mais uma diferença entre os dois métodos de coleta de dados.

Para efeitos didáticos, precisa-se intitular os três respondentes da Comissão de Sustentabilidade. Para não revelar suas identidades, nomeou-se cada um com letras de A a C. Feito isso, analisar-se-á os dados obtidos.

Analisou-se, ao mesmo tempo, com os dados obtidos dos servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba. Sobre os perfis, colaboraram com a pesquisa um homem e duas mulheres. Foram realizadas três coletas de dados, onde dois terços se deu através de aplicação de formulários. Ou seja, apenas um servidor respondeu o questionário aberto, que mais uma vez, realizou-se por meio de conversas mantidas em correio eletrônico (e-mail). O resumo da amostra pode ser constatado na Figura 1.

Contudo, antes de iniciar-se a análise, precisa-se, novamente, atribuir nomes fictícios aos respondentes, para podermos identificá-los sem expor suas identidades. Para tanto, foram utilizados os títulos de servidor X, servidor Y e servidor Z, intitulando assim, os três servidores estudados do TJPB.



Figura 1 – Resumo da Amostra

Enfim, resumindo, a amostra é composta por seis pessoas: quando citarmos as letras A, B e C estaremos nos referindo aos componentes da Comissão de Sustentabilidade; quando mencionarmos X, Y e Z estaremos fazendo referência aos servidores do TJPB.

Inicialmente e antes de adentrar no tema em si, foi perguntado a todos os participantes suas opiniões acerca da importância da sustentabilidade. Como um consenso, todos defenderam, com suas próprias palavras, a importância do tema. Destaco aqui a opinião do entrevistado A quando diz: “Eu não considero apenas importante. Eu considero primordial, porque a humanidade (e aí, a gente não podemos excluir o serviço público) ou caminha pra ações de sustentabilidade ou ela está condenada à extinção.”

Com relação à percepção e julgamentos dos servidores sobre a sustentabilidade, as respostas pareciam seguir a um padrão, até surgir o depoimento do servidor X: “Eu vejo que é um caminho que não tem mais volta, na situação em que se encontra o nosso planeta hoje.” Esta opinião retrata a falta de esperança do servidor acerca do tema. Ele não tem uma perspectiva positiva em relação ao futuro. “O planeta está passando por dificuldades, por problemas de natureza catastrófica, não por outro motivo, mas porque, eu creio que quase todas as suas fontes foram esgotadas.”

Porém, mesmo com essa idéia sobre o futuro, o servidor X não rejeita a importância da sustentabilidade, ressaltando que a mesma é vital e que devem existir projetos cada vez mais sustentáveis, pois, se assim não for, “vai chegar a um ponto, em breve, num futuro muito próximo, que não vai ter mais de onde se extrair os recursos naturais.” A servidora Y também concorda com a importância da sustentabilidade, explicando que “(...) o meio ambiente já está numa fase crítica diante dos recursos ambientais, naturais que estão em defasagem.” Isto, segundo a mesma, afeta inteiramente a sociedade em termos de aumento dos custos diretos e indiretos de tudo o que consumimos.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS NA SUSTENTABILIDADE NO TJPB

Dois membros da Comissão de Sustentabilidade avaliaram positivamente o desenvolvimento sustentável nos domínios do TJPB. Destacaram as ações e programas internos já implementados pela diretoria no sentido de diminuir a degradação ambiental. A respondente C enfatizou a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos “como uma das práticas importantes na manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado.” Entretanto, deve-se realçar a opinião emitida pela B: “o Tribunal de Justiça através da sua comissão de sustentabilidade começou de uma forma muito pequena em razão das limitações orçamentárias para campanhas de conscientização, de uso...” Ou seja, vê-se aqui uma opinião, de certa forma, contrária em relação às outras, em que a participante da pesquisa demonstrou que existem certas dificuldades presentes no TJPB que impossibilitam a concretização de algumas ações sustentáveis.

Mais uma política recém adotada e de grande valia, é a dos Processos Judiciais Eletrônicos (PJe). Destaca-se que os benefícios trazidos por esse tipo de ferramenta tecnológica vão desde a redução potencial do consumo do papel até a também redução considerável no tempo para a resolução de conflitos, ou seja, as decisões judiciais se tornarão bem mais ágeis. Mais uma vez depara-se aqui com a questão econômica do TJPB como empecilho para a implantação desse projeto, comprovando-se isso na fala do entrevistado A:

O processo judicial já está bem avançado. O administrativo está um pouco mais lento porque, como o Tribunal tem enfrentado inúmeras dificuldades financeiras e orçamentárias, é natural que a gente, por mais que queira, não consegue abrir todos os leques de uma vez.”

A respondente B também confirma esta posição, dizendo que esta implementação “é um processo lento e gradativo”. Mas, reconhece a necessidade e importância do PJe para o TJPB em termos de economicidade, pois isto vai dispensar o uso de papel em grande escala, escusando assim, o processo físico que é, muitas vezes, bastante extenso e se acumula em diversos volumes. Consequentemente, em termos de benefícios, esta ferramenta só tem a adicionar melhoramentos para o meio ambiente, diminuindo potencialmente o descarte de material de consumo, em geral, como papel, tinta, plásticos, entre outros.

Assim que sentiu a necessidade de voltar-se a esse viés sustentável, a mesa diretora 2013/2014 do TJPB criou, no início de sua gestão, a Comissão Permanente de Planejamento Ambiental e Sustentabilidade, mais conhecida como Comissão de Sustentabilidade, composta

por sete integrantes, incluindo um presidente. A mesma tem a função, segundo a respondente C, de “criar, planejar, executar e avaliar projetos que visem políticas sobre a sustentabilidade, a exemplo do Projeto: Sustentabilidade: a Justiça abraça essa ideia.” Concordando com esta afirmação, o site do Tribunal de Justiça dispõe que a Comissão, criada a partir da recomendação do CNJ, colabora com o meio ambiente através da “observância do tripé básico de sustentabilidade na aquisição de bens materiais de consumo para o Poder Judiciário.” (TJPB, 2013) O site do TJPB continua: “O tripé ‘ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável’ norteará as aquisições.”

Diante disso, é muito importante que esta comissão desenvolva projetos eficientes de combate ao desperdício, como principal forma de reduzir despesas e colaborar com a preservação do meio ambiente. Vale ressaltar a opinião do entrevistado A quando diz que “essa comissão funciona como uma espécie de elo entre a gestão da casa (o presidente, o vice-presidente, o corregedor) e os funcionários e comarcas.”

Porém, mesmo sendo responsável pela coordenação dos projetos de sustentabilidade, todos admitiram que a Comissão tem poderio limitado pois faz parte de uma organização pública e necessita de autorização da alta administração para todo e qualquer projeto ou atividade voltada à sustentabilidade, como também, necessita prestar contas dos resultados de suas políticas. Mas, esta autorização tem dependido, principalmente, do orçamento, como se pode observar na fala do respondente A:

O Tribunal sempre teve uma facilidade, uma verba, um orçamento privilegiado. Com o passar dos anos, principalmente nos últimos cinco, seis anos, esse orçamento tem sido garroteado, tem sido cortado, e isso, se trouxe por um lado inúmeras dificuldades, a necessidade de mudança de paradigmas, por outro lado, nos ensinou a trabalhar com menos, fazendo mais.

Ou seja, a questão financeira é fator importante no desenrolar de projetos e tomadas de decisões internas. Dessa forma, percebe-se que esse problema exigiu do TJPB uma nova visão acerca da utilização de seus bens, levando-o a repensar como consumir adequadamente, extraindo dos materiais o máximo que eles possam proporcionar e, por conseguinte, rejeitar corretamente os resíduos, seja reaproveitando-os, seja descartando-os de forma consciente, diminuindo, potencialmente, os impactos ambientais.

Obedecendo à Recomendação nº. 11/2007 do CNJ, o Tribunal de Justiça da Paraíba, objeto de estudo nesta pesquisa, estabeleceu diversas políticas e normas voltadas à sustentabilidade em seus processos e à redução de custos, consoante se pode observar nas

publicações feitas no Diário da Justiça Eletrônico (DJE). Ato publicado no Diário da Justiça em 30 de abril de 2014 estabeleceu medidas que visam maior controle financeiro-orçamentário. Este Ato prevê doação, cessão e leilão de bens, além da revisão de todos os contratos mantidos pelo órgão, visando à redução de custos no patamar de 25%. O documento pode ser consultado no site do TJPB (2014), em Diário da Justiça.

Entretanto, como mensurar os resultados das políticas sustentáveis? Segundo o entrevistado A, “Nós [a Comissão] estamos implantando essas políticas de sustentabilidade e tem dado excelentes resultados.” Então, percebe-se que estas mudanças de hábitos já têm mostrado resultados de curto prazo para o TJPB. O mesmo entrevistado ainda acrescenta que o TJPB tem

contratos com empresas que recuperam móveis, só recuperando móveis. O ano passado o Tribunal recuperou mais de quinhentas cadeiras que estavam jogadas, dadas como perdidas; foram recondicionadas e redistribuídas; pintadas, mudado o estofado, com um custo de menos de um terço do valor de mercado de hoje e tudo isso está aí novamente sendo reutilizado. Então, essas ações são permanentes.

Sendo assim, o custo com aquisições é uma forma notável de mensurar os resultados dessas práticas sustentáveis. Ainda segundo a respondente C, essa mensuração pode ser observada no projeto “Sustentabilidade: a Justiça abraça essa ideia”. O mesmo destaca ainda uma notícia publicada no site do TJPB (2014): “Durante a gestão 2013/2014, o programa buscou atuar na responsabilidade socioambiental, desenvolvendo ações voltadas para a conscientização e mobilização dos servidores, magistrados e prestadores de serviço de limpeza e conservação.” Ainda podemos observar o seguinte trecho: “[o coordenador/presidente da Comissão] procurou adequar o projeto à realidade orçamentária do TJPB e, junto com a equipe, conseguiu implantar o sistema de coleta seletiva, efetivamente, em 12 unidades judiciárias, dentro das normas e cronograma.” Mais uma vez aqui percebemos a questão financeira como obstáculo a ser superado. A coleta seletiva é uma grande aliada na contribuição e construção do tripé da sustentabilidade, mas é uma ação muito pequena diante da realidade de problemas com o lixo.

Do mesmo modo, é de essencial relevância que existam políticas de conscientização com todos os servidores do TJPB para que as ações mostrem resultados, pois nenhum projeto pode ser eficaz e eficiente sem que as pessoas entendam a sua finalidade e importância. “Todo trabalho, toda implantação que nós fizemos em diversas comarcas no estado todo e aqui no

Tribunal, no Fórum Cível, no Fórum Penal, todas essas implantações foram precedidas de palestras”, afirma o entrevistado A.

É imprescindível que esse trabalho não apenas continue, mas que desenvolva-se e amadureça pois, é importante que se diga, mesmo com todas essas ações, ainda há muito a se fazer. Para tanto, é necessário que a Comissão se fortaleça e busque mais projetos eficientes. O entrevistado A afirma que podemos esperar que as ações continuem. “Eu acredito, pelo que eu vivenciei nesses dois anos, que os próximos presidentes não abrirão mão desse trabalho. Eu tenho esperança que, não só ele floresça, como ele se aperfeiçoe, que ele cresça”, afirma. Como sabemos, a cada dois anos há uma alteração na gestão e o futuro é incerto. Mas, a respondente C diz que o TJPB através de sua Comissão atuará com “muito trabalho e esmero” em prol da sustentabilidade. A respondente B, entretanto, durante a entrevista, mostrou certo grau de insegurança e incerteza perante essas mudanças, em relação ao futuro da Comissão. Mesmo acreditando na importância da sustentabilidade, a mesma admite que o TJPB “começou de uma forma muito pequena em razão das limitações orçamentárias”, como já citado anteriormente.

Através de pesquisa bibliográfica, encontrou-se notícias publicadas no site do TJPB (<http://www.tjpb.jus.br>) que nos revelam algumas outras políticas desenvolvidas e aplicadas em algumas comarcas da Paraíba. Segundo uma destas publicações, “durante o ano de 2013 foi iniciada a campanha ‘Sustentabilidade – a Justiça abraça essa ideia’, onde, simbolicamente, foram plantadas árvores.” Além disso, “foi realizado um treinamento sobre coleta, reutilização e reciclagem de lixo, na sede do TJPB, com funcionários que atuam na área de limpeza do Tribunal” de acordo com notícia publicada.

A assinatura do Ato nº 61/2013 pela desembargadora Fátima Bezerra Cavalcanti determinou a adoção de políticas públicas voltadas à conscientização em relação ao meio ambiente. Podemos destacar esse trecho da notícia publicada no site do TJPB no dia 13 de maio de 2013:

O tema foi abordado também numa palestra proferida pela professora doutora Belinda Pereira da Cunha (UFPB), que discorreu sobre os temas referentes à produção de lixo; consumo de água; reciclagem; consumo, entre outros. “Sustentabilidade é um assunto que diz respeito a todas as áreas do conhecimento. A escassez de muitos recursos naturais já é um fato”, alertou a professora. “Temos que aprender a reutilizar, reciclar, reduzir, repensar e recusar o consumo inconsciente”, destacou.

Percebe-se a preocupação da alta administração em conscientizar os servidores para que corrijam ações erradas relativas ao consumo de água e materiais. O Ato nº 61/2013 dita

diversas políticas elaboradas em prol do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente.

4.2 AÇÕES DE COMBATE AO DESPERDÍCIO NO TJPB

Os participantes, membros da Comissão, demonstraram certo grau de preocupação com a questão do desperdício. Um deles, a respondente C, afirmou que o TJPB tem feito sua parte em relação a isto: “Acho preocupante, referindo-me de maneira global (Mundial). Somos uma gota em um oceano... Estamos fazendo nossa parte.” O respondente A relata que o desperdício é preocupante, mas que a atual gestão do TJPB tem buscado combatê-lo, afinal de contas, como ele mesmo relata, “o desperdício é dinheiro sendo jogado pelo ralo.” O entrevistado A continua: “quando um órgão como o Tribunal, como outros tantos implementam ações de sustentabilidade, sem querer, ou até de forma indireta, ele está ajudando a reduzir os desperdícios.” Nota-se a visão positiva desse entrevistado em relação aos benefícios da sustentabilidade.

Os respondentes citaram, como já visto, a coleta seletiva como forma de combate ao desperdício. Mais uma vez deve ser destacada a importância do servidor para a execução de todas essas práticas. Além do mais, de que adiantaria esse trabalho se o lixo fosse novamente misturado depois? Pensando nisso, o TJPB firmou contrato com associação de catadores. A respondente B narra:

Começamos com o trabalho da coleta seletiva. Então, nas comarcas onde existia a coleta seletiva, ou seja, entidades de reciclagem, foi instituída a coleta seletiva porque também não adiantava implantar a coleta seletiva e distribuir coletores e depois esse lixo ser todo misturado novamente porque não tinha entidades de catadores. Então, só foi implantada a coleta seletiva nas comarcas que existiam associação de catadores.

Então, esses catadores são os responsáveis pelo reaproveitamento desses materiais recicláveis. Para implementar esses projetos de coleta, a Comissão utilizava a oportunidade para fazer “uma palestra de conscientização do consumo da energia, de água e de material de expediente” afirma a entrevistada B. Por último destaco a informação dada pelo entrevistado A:

como as políticas internas do Tribunal envolvem os seus mais de quatro mil funcionários, nós temos a esperança de que essas ações ajudem as pessoas a

despertar em cada uma delas esse espírito, e que elas possam, pra sua vida particular, pra outras atividades que elas desenvolvam, adotar esses mesmo critérios de sustentabilidade que nós estamos implantando aqui no TJ.

Este depoimento está de acordo com o que a A3P (2009, p. 28) recomenda: “As instituições governamentais devem buscar a mudança de hábitos e atitudes internas, promovendo uma nova cultura institucional de combate ao desperdício.”

Ainda sobre a questão do desperdício nos órgãos da administração pública, os servidores participantes da pesquisa afirmaram que é algo presente na gestão pública. “Eu acho que nesse ponto, a gestão pública ainda está engatinhando”, alegou o servidor X. Em outras palavras, ainda existe muito a desenvolver, está caminhando a passos lentos. Já a servidora Y, enxerga o desperdício sob mais uma perspectiva:

Eu acho que, como muitas pessoas entendem que o que é público, é do governo e não é nosso, então muita gente não age como agiria em casa. Não tem essa consciência de economizar porque acha que administração pública pode, todo mundo pode e não se lembra que é nosso dinheiro, nossos impostos que estão ali. Então, é nosso dinheiro também.

Para esta servidora, há um certo desleixo dos próprios empregados do serviço público, daqueles que trabalham com a verba pública, parecendo desconhecem que no próprio ambiente de trabalho, também podemos começara construir um planeta melhor. A mesma ainda afirma que o TJPB está “começando a entrar numa fase preocupante” em relação ao desperdício. Ainda continua descrevendo que está na hora de repensar e mudar alguns hábitos. Já o servidor X, tem outro posicionamento. Ele acredita que o órgão onde trabalha, mesmo estando andando de gatinhas, ou seja, mesmo sendo principiante no assunto, tem saído “na frente entre órgãos do Poder Público, porque há uma preocupação na administração de trazer ao TJ, um gerenciamento melhor na questão de se evitar o desperdício.”

Consensualmente, todos acreditam que o TJPB tem tomado medidas para diminuir, ao máximo, o desperdício. A servidora Y, por exemplo, citou a questão da reciclagem de cartucho e a impressão de documentos frente e verso, medidas essas descritas no Ato da Presidência nº 61/2013. A servidora Z acrescenta que o combate ao desperdício se dá, também, através da diminuição de “gastos de energias elétricas e grande quantidade de documentos impressos.” Mesmo assim, percebe-se nos depoimentos que as políticas ainda são, de certa forma, pequenas diante de tamanho problema.

Para Cambaúva (2013), “outra forma de otimizar o uso do papel na administração pública é promover a sua reutilização ou reaproveitamento, por meio da confecção de blocos de anotações, lembretes, utilização como rascunho, entre outros usos.” E isto é feito, de acordo com o entrevistado A. Ele afirma que são feitos rascunhos com o papel desprezado devido a erros de impressão ou a outros motivos que tornam-no indevido para documentos importantes. “Aqui a gente usa muito o papel que nós invalidamos, por um erro, por uma impressão errada e transformamos ele na hora em rascunho.” Segundo ele, há uma gráfica que mantém contrato com o TJPB e que faz esse reaproveitamento.

Sobre a Comissão de Sustentabilidade, dois servidores confirmaram conhecer sua existência; já a servidora Z alegou não conhecê-la. Nenhum deles soube dizer nem ao menos uma das funções ou atribuições da mesma. Analisando esses dados, isso demonstra que a Comissão não tem mantido contato com os servidores, ou este contato é mínimo. Outra justificativa para este desconhecimento pode ser a falta de interesse dos servidores em buscar conhecer os projetos sustentáveis de seu próprio local de trabalho. Na verdade, esta questão precisaria de um maior aprofundamento para poder ser compreendida e explicada.

O combate ao desperdício e às demais questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, não requer apenas mudanças de hábitos. Existem ferramentas tecnológicas que podem atenuar esses problemas de natureza ambiental, como também, aumentar a eficiência no trabalho. Uma delas é o PJe, o Processo Judicial Eletrônico, desenvolvido pelo CNJ e já utilizado por alguns Tribunais de Justiça no Brasil. Além de combater a lentidão processual, esses processos virtuais beneficiam o meio ambiente. Vejamos breve trecho da notícia publicada no site do CNJ, intitulada como *Processo virtual: uma solução revolucionária para a morosidade*, de autoria do secretário geral do Conselho Nacional de Justiça, Sérgio Renato Tejada Garcia:

(...) Outro grande beneficiado é o meio ambiente, pela economia de papel e de toda a água necessária para a sua fabricação. Há, ainda, economia da mão-de-obra dos serviços burocráticos da justiça, tais como elaboração de mandados de intimação, carga de autos a advogados e outros, trabalho que simplesmente desaparece com o processo eletrônico. Há economia, também, com prédios, arquivos, armários, etc.

Perguntou-se, então, aos servidores pesquisados, o que eles sabiam sobre os processos virtuais. Todos descreveram-no como uma ferramenta que tornará o processo físico desnecessário e afirmaram que este novo meio de tramitação de processos, facilitará o trabalho e consequentemente, aumentará a eficiência. Mas sim, o TJPB já tem implantado

paulatinamente, essa nova ferramenta digital. Um dos servidores, o X, já tem conhecimento dessa implantação: “o tribunal já está começando a operar e eu creio que em um curto espaço de tempo deixará de existir o processo físico, ficará apenas o eletrônico.” Até então, o TJPB tem implantado o PJe apenas nos processos judiciais de 1º e 2º grau, restando os administrativos.

Ao final do questionário, os respondentes descreveram com suas palavras como poderíamos colaborar para combater o desperdício em um ambiente de trabalho. “Eu imagino que, você começando a ter zelo maior pelo ente público, com relação a reaproveitar o papel usado, com relação ao uso da água ambientes da sua repartição, com relação à economia de energia“, expôs o servidor X. O servidor Y articulou o seguinte: “Eu acho que se todo mundo criasse a consciência de sustentabilidade e mudasse alguns pequenos hábitos no seu dia a dia, todo mundo junto, lógico que a gente consegue.” Todos têm consciência da importância da questão ambiental para a continuidade do planeta. Mesmo com todas as dificuldades, todos acreditam que ainda podemos fazer algo em prol do planeta, mesmo que já tenhamos desmatado e destruído grande parte dele.

4.3 CONSEQUÊNCIAS DO DESPERDÍCIO PARA O ORÇAMENTO NO TJPB

O componente A acrescenta informações muito importantes sobre o peso que tem o desperdício na rotina de trabalho do TJPB:

(...) uma questão simples como essa de usar o papel na frente e no verso, (...) se você considerar que nós temos 76 comarcas emitindo documentos a todo minuto, se você considerar que além dessas 76 comarcas, nós temos 19 desembargadores, com 19 gabinetes, a presidência, o anexo e todas suas diretorias, os diversos fóruns, de Mangabeira, Criminal, Penal, Bayeux, Santa Rita... Então, o volume, por exemplo, de papel que se deixou de gastar só com essa adequação de impressora e com essa regulamentação, tem um impacto no final do ano muito forte, muito grande. Então, são toneladas. E isso o que é? São menos árvores derrubadas e acima de tudo menos desperdício, menos despesa que o poder fez.

Esse depoimento é de considerável importância e contribuição. A visão desse entrevistado é bastante ampla e de bastante valia para a administração do TJPB. E para que esse simples hábito de usar o papel frente-verso atinja resultados, é imprescindível a reeducação dos servidores que fazem uso desse material durante o dia a dia de trabalho. É indispensável que o usuário da impressora, do papel, entenda e reconheça que é importante

para a organização e para o meio ambiente esse novo hábito. Isto também demonstra como simples hábitos podem trazer benefícios relevantes para o orçamento da organização pública.

Dita o Ato da Presidência nº 61/2013 em seu Art. 1º, II que a Diretoria Administrativa deverá observar o tripé da sustentabilidade devendo “adquirir impressoras com tecnologia de impressão frente e verso.” Esse simples ato pode trazer grandes benefícios ao orçamento do órgão estudado como também, ao meio ambiente.

A respondente C afirma que o desperdício está ligado de forma diretamente proporcional com o gasto público. Ou seja, quanto maior o desperdício, maior o gasto para repor. Porém, mesmo com essa visão, o TJPB passou a se preocupar com o desenvolvimento sustentável após “sentir na pele” os efeitos do consumismo desenfreado sem dar atenção ao viés ambiental, como se pode observar no depoimento A: “é como diz o ditado popular, ‘a dor ensina a gemer’. Quando o nosso orçamento começou a apertar, ou o Tribunal usava desse tipo de conduta, desse tipo de filosofia, ou ele ficava sem atender suas necessidades internas.”

A A3P (2009, p. 28) afirma isto da seguinte forma: “É importante ressaltar ainda que a adoção de uma política de RSA pelas instituições públicas gera economia dos recursos públicos, na medida em que esses serão gastos com maior eficiência, além de beneficiar o meio ambiente.” Quando uma instituição aplica a Responsabilidade Socioambiental, acaba gerando economicidade e, conseqüentemente, eficiência.

Concluindo o presente capítulo de análise de resultados, o cenário apresentado demonstra o seguinte: o TJPB está consciente de sua responsabilidade para com o meio ambiente e sociedade. O mesmo tem buscado corrigir ações insustentáveis, como também, tem elaborado políticas internas de combate ao desperdício e favoráveis ao desenvolvimento sustentável. Porém, percebe-se que mesmo com todas as iniciativas, ainda existem deficiências a serem superadas, principalmente, observando-se a questão orçamentária, que tem sido uma dificuldade à boa gestão voltada ao controle dos recursos e à redução de desperdícios.

5 CONCLUSÃO

Serão abordados, neste capítulo, todos os resultados obtidos com este estudo. Considerações finais e aspectos importantes extraídos deste presente trabalho serão apontados, como também, indicadas as possíveis limitações que possam ter vindo a ocorrer.

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente Trabalho de Conclusão de Curso objetivou descobrir e estudar como o Tribunal de Justiça da Paraíba busca atingir a sustentabilidade, que meios ele utiliza para tal e qual a sua visão sobre as questões ambientais que permeiam suas ações. Em outras palavras, a intenção foi analisar a gestão ambiental no TJPB, através de instrumentos de coleta de dados típicos de pesquisa qualitativa.

O primeiro objetivo deste trabalho era identificar as políticas públicas utilizadas pelo TJPB voltadas à sustentabilidade. Segundo os próprios relatos dos pesquisados, o órgão público utiliza-se de várias práticas sustentáveis, como por exemplo, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos.

Sabendo que política pública “compreende um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos” (A3P, 2009, p. 13), podemos considerar que o Processo Judicial Eletrônico (PJe) é uma das políticas implantadas pelo TJPB, mesmo que parcialmente, pois, de acordo com os dados obtidos o PJe ainda não foi implantando em todos os tipos de processos, mas apenas nos processos judiciais de primeiro e segundo grau.

Ainda podemos destacar a criação da Comissão Permanente de Planejamento Ambiental e Sustentabilidade, ou apenas Comissão de Sustentabilidade, que coordena projetos sustentáveis, voltados à gestão ambiental dos bens e recursos do TJPB. A mesma foi criada para estudar meios de praticar o desenvolvimento sustentável.

Outras políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável podem ser consultadas no Ato nº 61/2013, disponível no site do TJPB (<http://www.tjpb.jus.br>).

Como exemplo de novas ações que possam ser ainda utilizadas pelo TJPB, podemos citar o PJe, o Processo Judiciário eletrônico, que mesmo implantando em parte, ainda não foi utilizado em sua totalidade, não demonstrando todos os benefícios que ele pode propiciar. Sua

plena utilização pode reduzir potencialmente a utilização de papel e derivados, cartuchos, plásticos, etc., além de, é claro, aumentar a eficiência das atividades judiciais, vencendo a idéia de morosidade. Processos administrativos, que ainda não foram virtualizados, consomem bastante material para impressão e são dispendiosos e longos, contendo muitas vezes, vários volumes. Enquanto estes não forem transformados em processos eletrônicos, muito material de escritório ainda será empregado para sua consecução.

No que tange ao desperdício, se não forem aplicadas políticas que tragam resultados efetivos, o orçamento será um dos afetados, além do meio ambiente e seus ecossistemas. Portanto, é imprescindível a implementação de práticas sustentáveis que atinjam resultados satisfatórios.

Como observado, o ato de consumir sem se pensar no socioambiental, aliado ao desperdício de água, energia e matérias, são inimigos fortes de uma boa gestão pautada pelos princípios da economia e zelo com o meio ambiente. Os dados nos mostraram isso, quando um dos entrevistados confessou que foi quando o orçamento começou a apertar que a alta administração sentiu a necessidade de tomar medidas urgentes. Quanto menos desperdiçarmos, seja em casa ou no trabalho, menos precisaremos comprar e isto significa redução de despesas. “A boa gestão do gasto público permite a redução de desperdícios, possibilitando o aumento dos recursos disponíveis para o Estado atender melhor a população nas mais diversas formas.” (CAMBAÚVA, 2013)

Ao analisarmos os dados e percebermos a realidade da gestão ambiental no TJPB, percebemos muitas atitudes sustentáveis e uma preocupação da alta administração com a preservação do meio ambiente, como também, com o gasto público. Entretanto, existem ações que ainda precisam ser concretizadas para poderem gerar eficiência e assim, reduzir despesas e diminuir o desperdício ao máximo possível.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As principais dificuldades encontradas por esta pesquisa surgiram durante a coleta de dados, dificuldades relacionadas ao tempo. Por serem pessoas, geralmente, ocupadas, não se pôde realizar entrevistas com todos os membros da Comissão de Sustentabilidade, impossibilitando até mesmo a entrevista com o coordenador desta, que é juiz de direito e possui muitas tarefas e afazeres no seu local de trabalho, o Fórum Cível da capital.

Além da disponibilidade de tempo, o local para a realização das entrevistas e aplicação dos questionários foi outra dificuldade encontrada, tendo em vista que nem todos aceitavam com facilidade responder às questões no seu local de trabalho e não citaram ou aceitaram outro local para tal. Por esse motivo, não foram aplicados os questionários e formulários com mais servidores.

5.3 SUGESTÃO PARA FUTURAS PESQUISAS

No decorrer deste trabalho, pudemos observar características existentes em órgãos do Poder Público. E, para enriquecer futuras pesquisas seria interessante desenvolver estudos em outros órgãos da administração pública direta. Órgãos estes do poder executivo e legislativo, que atendem à população e precisam, como o Tribunal de Justiça, de material e bens para a execução de suas atividades.

Além disso, seria interessante uma amostra maior, utilizando pesquisa quantitativa, para absorver em maior quantidade a opinião dos servidores, em geral, sobre a sustentabilidade e a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARROS, A. J. P.; SOUZA, N. A. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BARATA, M. M. L. et al. **A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica**. Disponível em:
<<http://www.scielo.org/pdf/csc/v12n1/15.pdf>> Acesso em 03 de junho de 2014.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente. A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública**. Disponível em:
<<http://a3p.ana.gov.br/Documents/docs/outros/CartilhaA3PIntermediariaLaranja1aEdicao.pdf>> Acesso em 23 de junho de 2014.

CAMBAÚVA, D. **Melhores Práticas - Eficiência contra o desperdício na administração pública**. Revista Desafios do Desenvolvimento, Ed. 76, N. 79, Ano 10, 2013. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2914:catid=28&Itemid=23> Acesso em 03 de junho de 2014.

CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. Disponível em:
<http://www.institutoembratel.org.br/projetos/projetoGesac/swf/documentos/cursos/CursoInstituto/site/pdf/meio_ambiente.pdf> Acesso em 01 de agosto de 2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

Conselho Nacional de Justiça - CNJ. **Portal do CNJ**. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br>> Acesso em 03 de junho de 2014.

COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO –

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CNUMAD. **Agenda 21**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2001.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

FÉLIX, J. D. B.; BORDA, G. Z. **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2009.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANUAL DE NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E MONOGRAFIAS – **FIO**. Disponível em: <http://fio.edu.br/manualtcc/co/Principal_%20web.html> Acesso em 29 de julho de 2014.

MARTINS JÚNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos**. 7. ed. - Petropolis-RJ: Vozes, 2013.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

MENDONÇA, C. S. et al. **A responsabilidade social e ambiental na gestão estratégica organizacional**. UNIFAE, Publicações FAE. Disponível em:
<http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/IIseminario/politicas/politicas_03.pdf> Acesso em 03 de junho de 2014.

OLIVEIRA, L. G. L. et al. **Mecanismos de gestão ambiental no poder judiciário: estudo exploratório do Tribunal de Justiça do estado do Ceará**. Secretaria da Administração e da Previdência, Escola de Governo, Consad. Disponível em:
<http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_46/estudo_exploratorio_do_tribunal_de_justica_do_estado_do_ceara.pdf> Acesso em 03 de junho de 2014.

PRESTES, M. G. O. **Gestão ambiental no poder judiciário: implementação de práticas administrativas ecoeficientes**. Revista Online, Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário, 2007. Disponível em:<<http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=27>> Acesso em 23 de junho de 2014.

RAMOS, A. et al. **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1985.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundap, 1993.

SANTOS, L. C. **Formulário: uma ferramenta de coleta de dados de pesquisa de campo**. Disponível em: <http://www.lcsantos.pro.br/arquivos/68_FORMULARIO01042010-192951.pdf> Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

SOUZA, E. C. B. **O Meio Ambiente para as Pequenas Empresas de Construção Civil e suas Práticas de Gestão Ambiental**. Série BNB Teses e Dissertações, n. 20, Fortaleza: Banco do Nordeste Brasil, 2010.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA. **TJPB**. Disponível em:
<<http://www.tjpb.jus.br/>> Acesso em 03 junho de 2014.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Senhor(a)

A presente pesquisa intitulada “**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA E A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE: A EFICIÊNCIA CONTRA O DESPERDÍCIO**” está sendo desenvolvida pela pesquisadora Graziela Barbosa de Melo Pinheiro, aluna do curso de Administração da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação da Professora Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho.

Os objetivos do estudo são estudar a gestão ambiental no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB) e verificar se o TJPB exerce o desenvolvimento sustentável e como se dá isso na prática. Além disso, objetiva-se identificar e analisar as políticas e projetos que dão subsídio e orientação à sustentabilidade e à eficiência dos gastos públicos no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

A partir deste trabalho, pretende-se contribuir para a fundamentação de futuras melhorias e considerações legais a serem feitas pela Administração do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo(a) Pesquisador(a).

O(a) Pesquisador(a) estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO E FORMULÁRIO UTILIZADOS

Este questionário é parte integrante da coleta de dados para a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso denominado *O Tribunal de Justiça da Paraíba e a busca pela sustentabilidade: a eficiência contra o desperdício*. A sua colaboração é muito importante para a construção deste trabalho de pesquisa. Você não precisa se identificar.

QUESTIONÁRIO

1. Qual a sua percepção sobre a sustentabilidade?

2. Considera importante a sustentabilidade para o meio ambiente e sociedade? Por quê?

3. Qual sua opinião sobre a questão do desperdício nos órgãos da administração pública?

4. Sobre a questão do desperdício, especificamente no Tribunal de Justiça da Paraíba, você acredita que esta é uma questão preocupante, ou considera que a mesma não é motivo para alarme?

5. Em sua opinião, o Tribunal de Justiça da Paraíba tem procurado combater, de alguma maneira, a questão relacionada ao desperdício? Explique.

6. Você tem conhecimento da Comissão de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça da Paraíba? Se sim, exponha, dentro de seu conhecimento e em poucas palavras, a sua função.

7. Você já ouviu falar sobre Processos Virtuais Eletrônicos? Se sim, acredita que este novo meio de tramitação de Processos pode trazer benefícios para o seu trabalho e o de seus colegas de trabalho em relação à eficiência? Por quê?

8. Ainda sobre a questão anterior, acredita que os Processos Virtuais Eletrônicos podem trazer benefícios para o meio ambiente? Se sim, de que forma?

9. De que maneira, todos nós podemos colaborar para combater o desperdício em um ambiente de trabalho e assim, contribuir para o alcance da sustentabilidade?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA

1. Considera importante a sustentabilidade para o meio ambiente e sociedade? Por quê?
2. Qual a visão do TJPB em relação ao desenvolvimento sustentável em seus domínios?
3. O que se pensa sobre os Processos Virtuais que já são implementados em outros TJs do Brasil? A administração tem planos para implementá-los no TJPB?
4. Como o (a) senhor (a) como membro da Comissão de Sustentabilidade, visualiza a questão do desperdício no TJPB? Acha que é uma questão preocupante ou não?
5. Em que medida o desperdício está relacionado com o gasto público?
6. Qual a função da Comissão de Sustentabilidade?
7. A Comissão de Sustentabilidade tem liberdade para tomar decisões ou elaborar novas políticas, tendo em vista que, a mesma faz parte de um órgão público?
8. Como o TJPB, através da Comissão de Sustentabilidade, mensura os resultados de suas políticas ou ações voltadas às questões ambientais?
9. O que podemos esperar do TJPB para o futuro em termos de ações práticas em prol da sustentabilidade?
10. São feitas, de alguma forma, políticas de conscientização com os servidores do TJPB sobre a questão do combate ao desperdício?